

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL¹

Paola de Lemos Santos²

Romina Batista de Lucena de Souza³

RESUMO

A divulgação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA – para cooperativas é opcional, porém uma demonstração simples e singular, que pode ser entendida pelos associados e, inclusive por produtores rurais, que compõe cooperativas agropecuárias. Este estudo tem como objetivo analisar a distribuição da riqueza nas cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul com a utilização da DVA no período de 2009 a 2013. A pesquisa foi qualitativa, descritiva, documental e complementada por bibliográfica. Os principais resultados foram: a maior parte da riqueza é gerada internamente, os colaboradores são os principais geradores de riqueza e também beneficiários. As cooperativas retêm lucros para reinvestir em prol de seus associados e da comunidade local, cumprindo os princípios cooperativistas. Das cooperativas listadas por organizações estatais, poucas elaboraram a DVA e, dessas poucas, somente 7 disponibilizaram seus demonstrativos contábeis para serem analisados na pesquisa. O estudo pode ser replicado em outros estados para verificar tendência nacional das cooperativas agropecuárias e pode ser estendido aos demais ramos cooperativistas.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Cooperativas Agropecuárias, Rio Grande do Sul

ABSTRACT

The disclosure of the Added Value Statement for cooperatives is optional, but a simple and singular statement, which can be understood by the members and even by farmers, which compose agricultural cooperatives. This study aims to analyze the distribution of wealth in the agricultural cooperatives of Rio Grande do Sul state with the use of Added Value Statement in the period 2009 - 2013. The research was qualitative, descriptive, documentary and complemented by literature. The main results were: most of the wealth is generated internally, employees are the main generators of wealth and also beneficiaries. Cooperatives retain profits to reinvest in favor of its members and the local community, in line the cooperative principles. A few cooperatives listed by state organizations have developed Added Value Statement and only 7 have provided their financial statements to be analyzed in the research. The study can be replicated in other states to verify national trend of agricultural cooperatives and can be extended to other cooperative branches.

Key-words: Added Value Statement, Agricultural Cooperatives, Rio Grande do Sul State

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2014, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (paola100@globocom)

³ Orientadora: Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (rominabls@gmail.com)

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é considerado fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul representou 6,4% do PIB brasileiro. O Estado é a quarta maior economia do país, atrás de São Paulo (32,6%), Rio de Janeiro (11,2%) e Minas Gerais (9,3%). Em 2010 a participação do Estado foi superior (6,7%). No ano de 2011, em volume, o Rio Grande do Sul teve taxa de crescimento superior ao Brasil, 5,1% contra 2,7%.

A economia gaúcha é baseada na agricultura, pecuária e indústria. Os principais produtos agrícolas são soja, arroz, milho e trigo, e as principais indústrias são de couro e calçados, alimentícia, têxtil, madeireira, metalúrgica e química. Conforme dados de 2010 da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a agropecuária participa com 8,7% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia gaúcha; se o setor agroindustrial for considerado, a participação representa 30%. O setor agropecuário do Estado tem a distribuição mais equilibrada que os demais setores da economia (SEPLAG).

De acordo com Alonso *et al.* (1994), o Estado pode ser dividido em três Regiões: a Região Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz; a Região Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades e onde a produção inicialmente diversificada e com utilização de mão de obra familiar tem cedido espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja; e a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. A desconcentração do setor concede destaque para a economia primária, que é base da economia da maior parte das regiões do Estado.

O Relatório Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2013, divulgado pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), relatava mais de sete mil cooperativas registradas (dados base de 2012). O Rio Grande do Sul possui registro de 1.041 cooperativas (com mais de dois milhões de associados e mais de cinquenta e quatro mil colaboradores). Destas, 464 são cooperativas ativas, sendo o ramo Agropecuária o de maior representatividade, com 148 (OCERGS). Dessas 148 cooperativas, 50 possuem unidades de processamento e transformação de matérias prima e 67 comercializam algum produto com marca própria.

Na agricultura, as cooperativas são criadas para atingir sucesso econômico que os produtores individualmente não atingiriam. São elementos fundamentais para o sucesso econômico o compartilhamento cooperativo das compras de matérias primas e equipamentos

e a venda da safra, tornando a produção competitiva no mercado (OCERGS). A Organização das Nações Unidas (ONU) considera as cooperativas agrícolas como fundamentais para alimentar o mundo, além de ser a melhor medida de combate à pobreza, gerar empregos, promover a inclusão social e realizar negócios de forma sustentável e contribuir para o desenvolvimento e consolidação das comunidades locais. As cooperativas agropecuárias dão suporte aos associados durante toda cadeia produtiva (desde a origem da matéria prima, seu processamento até a comercialização do produto final).

O objetivo e o papel socioeconômico das cooperativas é de distribuir lucro aos associados/cooperados. De acordo com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), o juro sobre o capital investido na cooperativa é limitado, e o restante é para aplicação no “desenvolvimento da cooperativa, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras na proporção das operações”. O estudo verificará se as cooperativas estão cumprindo sua função de distribuir suas riquezas através de Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) concedidas voluntariamente por cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul e divulgadas publicamente.

Diante do exposto e com base no artigo de Aylon *et al.* (2014), que teve por objetivo analisar, por meio de indicadores, a geração e a distribuição de riqueza gerada pelas cooperativas agrícolas, pecuárias e industriais do Estado do Paraná no período de 2008 a 2011 aos seus diversos beneficiários (associados, governo, funcionários e credores), esta pesquisa visa responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o comportamento da distribuição da riqueza gerada pelas cooperativas agrícolas, pecuárias e industriais do Estado do Rio Grande do Sul aos seus beneficiários?

O objetivo geral deste estudo é analisar a distribuição de riqueza das cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul aos seus cooperados com base nas Demonstrações de Valor Adicionados das cooperativas no período de 2009 a 2013. Para que os resultados sejam contundentes, há três objetivos específicos a fim de serem analisados de forma isolada e em conjunto: analisar a geração de riqueza das cooperativas, analisar a formação dessa riqueza e analisar sua distribuição aos diversos beneficiários.

O estudo será estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 apresenta o referencial teórico, no qual se explicitam as principais terminologias para entendimento do estudo, tais como o Cooperativismo e suas diretrizes, a Demonstração do Valor Adicionado e sua estrutura, e relata estudos anteriores relacionados. A seção 3 é apresenta a metodologia utilizada e a limitação da pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as análises de geração da riqueza, sua formação e sua distribuição aos

beneficiários. Por fim, são apreciadas nas considerações finais, a consolidação dos resultados obtidos e sugestões para futuros estudos.

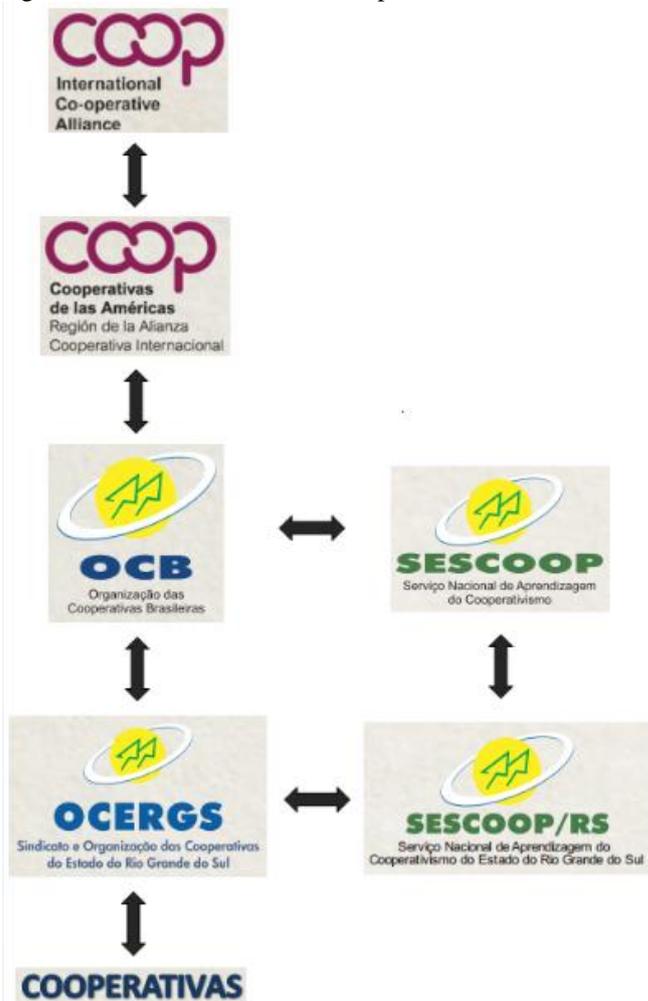
2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são abordados os fundamentos teóricos que embasam o presente estudo. Apresenta-se os preceitos do cooperativismo e a definição de valor adicionado e sua respectiva apresentação.

2.1 COOPERATIVISMO

No Brasil, o Sistema Cooperativista segue uma hierarquia, representada pela Figura 1:

Figura 1: Estrutura do Sistema Cooperativo



Fonte: Adaptado de “Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2013” (OCERGS)

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) define o cooperativismo como “movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social”. Os princípios cooperativos são: (a) adesão voluntária e livre; (b) gestão democrática; (c) participação econômica dos membros – membros contribuem para o capital e o controlam; (d) autonomia e independência; (e) educação, formação e informação – incentivo aos membros em prol da cooperativa; (f) intercooperação e; (g) interesse pela comunidade – buscam seu desenvolvimento.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) descreve cooperativa como “associação autônoma de pessoal que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais”, sendo seu objetivo agir em conjunto para a prosperidade de suas comunidades e trazer respostas à pobreza. Os membros são considerados os proprietários da cooperativa, com direitos e voto iguais, sendo diretamente envolvidos nas operações da entidade. A Contabilidade deve ser voltada também para eles, e não somente para fins legais. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) se encaixa perfeitamente nesse conceito de passar informações aos cooperados, pois elucida a forma como a riqueza foi gerada e sua distribuição, seja ela entre os empregados, o governo, ao patrimônio da cooperativa (investimento no negócio) ou a eles (cooperados) na forma de juros sobre capital próprio e dividendos. A ACI vê as cooperativas como economia sustentável, capazes de minimizar os efeitos da crise financeira de 2008. A cooperativa é único modelo que utiliza recursos de forma democrática, capaz de reduzir a desigualdade social e promover desenvolvimento sustentável (utilizar os recursos, cada vez mais limitados/estrangulados).

Conforme as Notas de Orientação da ACI, as cooperativas devem colaborar no desenvolvimento econômico e social de seus membros, e nessa perspectiva há quatro vias para alcançar: a primeira é desenvolver a atividade de cooperativa (seus produtos e serviços) com acompanhamento dos cooperados; a segunda é manter reservas como reforço financeiro; a terceira é partilha de lucros aos associados; e a quarta via é em relação a contribuição da cooperativa para o ambiente no qual a cooperativa está inserida, para a comunidade, a cooperativa instalada deve propiciar o desenvolvimento de outras cooperativas que, conforme a ACI, é consequência natural.

Sob a perspectiva legal, a Política Nacional de Cooperativismo é definida pela Lei nº 5.764/71 a qual caracteriza essas sociedades da seguinte forma:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

O número mínimo de associados é 20, e todos têm direito a voto. As cooperativas devem ter Estatuto Social, que contempla além de todo o disposto no Art. 4º da Lei 5.764/71, as regras gerais de participação dos associados, seus direitos e deveres, suas responsabilidades, o mínimo de capital a ser subscrito em forma de quotas (limitadas ao maior salário-mínimo vigente no País), a destinação das sobras e rateio das perdas, as assembleias, reformas de estatuto, etc. É obrigatório constituir a RATES (Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social) ou o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) de, no mínimo, 5% de sobras líquidas do exercício, sendo que os ganhos líquidos de atos não cooperativos⁴ devem ser integralmente revertidos a ela.

Há legislação específica para as cooperativas, as diferenciando das empresas em geral. Contudo, a lei não elucida sobre a Contabilidade a ser adotada, ficando as entidades sujeitas às normas gerais. Sobre tributos, há previsão na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 146, inciso III, alínea “c” de “adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas”. Conforme o artigo 4º, inciso VII da Lei 5.764/71, as sobras devem ser distribuídas conforme produção de bens e serviços que os associados entregaram a cooperativa no exercício.

As cooperativas agropecuárias, conforme o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS) são as de maior expressão no Brasil. Este ramo é composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca e geralmente abrangem toda a cadeia produtiva. O membro da cooperativa, além do

⁴ Atos não cooperativos: operações com terceiros não associados. Receita Federal.

retorno econômico esperado, recebe auxílio das cooperativas (OCB). Conforme a OCERGS, a cooperação é capaz de reduzir consideravelmente os custos de transação que surgem na economia e, por isso, permitem que pequenos produtores sejam competitivos, e esse é um dos mais fortes motivos do surgimento das cooperativas. No Brasil, na década de 1960 houve imposição estatal que os produtores se organizassem em cooperativas para negociação do trigo com o governo. No ramo agropecuário, os meios de produção pertencem aos associados, eles se unem nas cooperativas com finalidade de auferir ganhos na operação em conjunto.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O Pronunciamento Técnico CPC 09 estabelece os critérios de elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Nele, o valor adicionado é definido como: “a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, inclui também o valor adicionado recebido em transferência” (CPC 09). O valor adicionado representa a parcela de contribuição da empresa, somente o valor que foi agregado ao produto pela empresa, eliminando agregações anteriores (a dupla-contagem). Em termos macroeconômicos, o valor adicionado compõe o Produto Interno Bruto (PIB).

Conforme o CPC 09, o cálculo do valor adicionado em termos contábeis é diferente do valor adicionado econômico. A diferença é no reconhecimento da Receita: na ciência econômica é reconhecida na produção; na contabilidade na realização da receita (regime de competência). Geralmente a produção e a realização da receita são em momentos diferentes, entretanto se os estoques inicial e final forem inexistentes, o valor adicionado em termos econômicos e contábeis será o mesmo, já que são igualmente calculados.

A DVA evidencia a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição em determinado período. A Lei nº 11.638/07 tornou a DVA obrigatória somente para companhias de capital aberto a partir de 2008 e de divulgação voluntária para as demais sociedades, inclusive as cooperativas. A sua divulgação proporciona informações de interesses econômicos e sociais a comunidade.

As sociedades cooperativas devem utilizar o Modelo I de DVA, que é aplicado para empresas em geral. Somente ficam submetidas a modelo específico entidades de intermediação financeira e de seguros.

A DVA é estruturada em duas partes: a primeira parte apresenta a Formação da Riqueza; a segunda parte mostra a Distribuição da Riqueza. A estrutura da DVA segue modelos. O Modelo I, apresentado a seguir, é para empresas em geral:

Quadro 1: Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.4) Remuneração de capitais próprios		

Fonte: Adaptado do Pronunciamento Técnico CPC 09

A evidenciação da riqueza gerada é composta pelos seguintes elementos:

Receitas: São as vendas de mercadorias, produtos e serviços prestados (excluídos devoluções, abatimentos e descontos comerciais) inclusos valores dos impostos incidentes sobre essas operações (ICSM, IPI, ISS, PIS e Cofins). A provisão para créditos de liquidação duvidosa (tanto constituição quanto reversão) e suas respectivas despesas são incluídas nesse grupo. Outras receitas, como ganhos de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, resultados de venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, são acrescentadas nas Receitas.

Insumos adquiridos de terceiros: Compreende os custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados que foram adquiridos e consumidos no período. Assim como nas receitas, os tributos incidentes devem ser incluídos, sendo recuperáveis ou não na compra dos itens vendidos. Os gastos com materiais, energia e serviços adquiridos de terceiros que foram consumidos no período também são evidenciados nesse grupo.

Depreciação, amortização e exaustão: Reflete o consumo de ativos imobilizados e intangíveis contabilizados no período.

Valor adicionado recebido em transferência: Evidencia valores recebidos de terceiros, que não foram gerados internamente (Resultado de equivalência patrimonial, Receitas Financeiras e Outras Receitas).

A diferença entre as Receitas e os Insumos é o Valor Adicionado Bruto. Deduzindo dessa diferença o valor de Depreciação, Amortização e Exaustão, é obtido o Valor Adicionado Líquido pela Entidade. Esse valor é a riqueza gerada pela atividade principal da empresa, pois desconsidera os valores recebidos em transferências, que decorrem de resultados externos. A combinação de todos os elementos (Receitas, Insumos, Depreciação, Amortização e Exaustão e Valor recebido em transferências), resulta no Valor Adicionado Total a Distribuir. Esse valor adicionado pode ser distribuído a quatro esferas: ao pessoal, ao governo e em forma de remuneração a capitais de terceiros e capitais próprios, conforme modelo.

Pessoal: Engloba os valores distribuídos aos funcionários das cooperativas, que são subdivididos em Remuneração Direta, na forma de salário, adicionais de salário, 13º salário e férias; Benefícios, como vale-transporte, vale-alimentação, seguro de saúde, etc; e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que tem a empresa como intermediária na arrecadação. O FGTS é considerado como riqueza distribuída ao funcionário porque retorna integralmente ao colaborador. Os gastos com pessoal são considerados despesas na Demonstração das Sobras e Perdas, entretanto são diferentemente tratados na DVA. A mão de obra é tratada como fator de produção remunerado que agrega valor a produção.

Impostos, taxas e contribuições: Compreende valores devidos ao Governo. São computados tributos de esfera federal, estadual e municipal. O governo é considerado membro participativo da criação da riqueza, visto que a estrutura social, política e econômica propicia operações da empresa.

Remuneração de capitais de terceiros: São os valores pagos na forma de juros (despesas financeiras), aluguéis, *royalties*, direitos autorais entre outros. São valores compensatórios pelo uso de recursos externo, como forma de remunerar o dinheiro emprestado, o investimento na empresa.

Remuneração de capitais próprios: É o valor residual, que remunera o capital próprio, o Patrimônio Líquido da cooperativa. Ele pode ficar retido na cooperativa na forma de lucros/prejuízos do exercício ou ser distribuído aos sócios (cooperados). Nessa última possibilidade, pode ser distribuído na forma de Juros sobre Capital Próprio ou Dividendos.

O Valor Adicionado Total a Distribuir deve ser integralmente distribuído e evidenciado na DVA. Cada empresa determina a forma e o percentual, conforme suas

necessidades. O Valor de Lucros Retidos (ou prejuízos) deve ser igual ao lucro apurado na Demonstração de Sobras e Perdas.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

A dissertação de Cunha (2002) analisou os Balanços Sociais de empresas registradas no FIPECAFI com foco nas DVAs. Concluiu que “apesar do número considerável de empresas que envia ao cadastro do FIPECAFI, são poucas que as divulgam para o conhecimento de toda a sociedade” (CUNHA, 2002, p. 173). Reitera a importância da riqueza distribuída ao governo como sendo benéfica, visto que arrecada em forma de tributos de quem tem maior capacidade contributiva e repassa a população mais carente. Contudo o repasse não tem sido convertido de forma adequada, ao passo que a pobreza e a miséria têm aumentado no Brasil. Constatou também que o valor distribuído aos empregados não está diretamente relacionada à capacidade de gerar riqueza da empresa. Sugere que, para ser mais informativa aos usuários, a DVA seja elaborada de forma descentralizada: como as empresas atuam em diferentes áreas, a demonstração se refere somente ao município sede e não onde, de fato, as unidades estão situadas e arrecadam.

A pesquisa de Welter, Oberger e Vanzella (2005) analisou a fonte de geração da riqueza e sua aplicação. Foi analisada uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico entre os anos de 2000 e 2004. Concluiu-se que o governo é o maior beneficiário (mais de 50% do valor agregado), seguido pelos empregados e distribui menos de 10% ao capital próprio (valores médios). Sua riqueza é 97,97% gerada internamente, somente 2,03% de riqueza oriunda de terceiros. Há benefício para a sociedade pois contribui com o desenvolvimento de outras entidades através de insumos adquiridos.

Sobre a carga tributária adequada, Vieira e Santos (2006) compararam cooperativas agropecuárias e empresas não cooperativas agropecuárias no período de 2000 a 2005. Dentre os seis anos analisados, em quatro deles não houve diferenças proporcionais aos valores distribuídos ao governo; em dois deles houve diferenças mas que não podem confirmar privilégio as sociedades cooperativas. Reitera que as cooperativas devem aguardar lei complementar que rege sobre o tratamento tributário adequado.

O estudo de Fagundes *et al* (2008) trata a DVA como fonte de informações gerenciais na Cooperativa de Crédito do Sicredi da Grande Santa Rosa entre os anos de 1999 e 2006. Considera a DVA importante por evidenciar de forma simples a distribuição do valor adicionado aos *stakeholders*. Considera a DVA como sujeita à análise horizontal e também à

vertical. A distribuição ao governo e aos funcionários aumentou de 1999 para 2006, e o valor adicionado aos acionistas foi reduzido.

A análise da utilização da DVA no setor de telefonia feita por Santos (2009) se constatou que essa demonstração é importante para a evidenciação da riqueza gerada e da sua distribuição. Contudo, as empresas do setor não dão a devida atenção e ainda são poucos casos que sujeitam à análise pois não a publicam e não há como generalizar os resultados. De forma geral, as empresas distribuem a maior parte da riqueza ao governo, depois aos terceiros e acionistas e, em menor quantidade, aos trabalhadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: pesquisa qualitativa pela forma de abordagem do problema, descritiva de acordo com seus objetivos e pesquisa documental com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Conforme com a forma de abordagem do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa. Analisará as DVAs das cooperativas para comprovar a distribuição de riqueza aos associados. Conforme Richardson (1999, p. 80), estudos qualitativos podem “possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. Este estudo busca entender o processo de distribuição de valor aos beneficiários das cooperativas.

A pesquisa é descritiva conforme seus objetivos. Gil (1999) determina que o principal objetivo da pesquisa descritiva é descrever características de uma população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. A coleta padronizada também configura a pesquisa como descritiva.

De acordo com os procedimentos técnicos, é uma pesquisa documental complementada por pesquisa bibliográfica. É uma pesquisa documental porque se utiliza de documentos contábeis concedidos pelas cooperativas para análise. Conforme Gil (1999), a pesquisa documental é baseada em materiais brutos, que ainda não receberam tratamento analítico. Neste estudo a informação bruta é as DVAs e a análise da distribuição de riqueza aos cooperados é o valor a qual será dado às informações ainda não tratadas. A pesquisa documental tem apoio bibliográfico visto que busca estudos anteriores referentes a cooperativas, DVAs e distribuição de riqueza em cooperativas.

A pesquisa tem recursos limitados, visto que depende do retorno recebido pelas cooperativas. Os dados utilizados foram disponibilizados voluntariamente pelas cooperativas

ou publicados em seus meios de comunicação. O contato foi feito diretamente com as cooperativas agropecuárias gaúchas listadas na SESCOOP/RS. Na data de acesso, eram 144 cooperativas. Algumas apresentam cadastros desatualizados, incluindo baixas não listadas e cooperativas em processo de liquidação. Há casos em que a política interna não permite a participação em pesquisas e estudos devido ao grande volume de solicitações.

Foram analisadas sete cooperativas no período de 2009 a 2013. Algumas cooperativas iniciaram a elaboração da DVA no meio do período e, portanto, tem algumas colunas em branco nos gráficos de análise (Cooperativas B e C). Os demonstrativos foram extraídos dos sites das Cooperativas que divulgam publicamente seus relatórios e por e-mail, em forma confidencial, por cooperativas conservadoras. A maioria dos demonstrativos passa por auditoria externa, entretanto não é possível afirmar que todos os demonstrativos estejam representando as informações sem distorções.

4. ANÁLISE

A agricultura, pecuária e pesca são atividades sujeitas fenômenos climáticos e oscilações de mercado. Moura *et al* (2006), caracteriza o setor agrícola como sensível a crises pois não costuma se precaver de mudanças no cenário econômico. Todo o ano são feitas projeções de produção para o período seguinte, que por vezes se confirma, por outras não. As cooperativas relatam as adversidades nos seus relatórios, confidenciando ao usuário os resultados e, por vezes, a discrepância em alguns dos exercícios analisados (anos de 2009 a 2013).

Em 2008 houve crise financeira mundial, e a agropecuária foi atingida. Essa crise afetou os diversos setores da economia e aumentaram a desigualdade entre riqueza e pobreza. A ONU atesta que as cooperativas foram as entidades da área econômica e social que conseguiram minimizar a crise de forma mais rápida e reduzir desigualdade provocada pelo capitalismo.

Conforme Massi *et al* (2010), as projeções para 2009 eram de elevadas safras, entretanto houve queda de exportações e fragilidade na captação de recursos no exterior. Internamente, houve aumento de preços dos insumos e falta de crédito ao produtor agrícola. A queda na concessão de crédito intimida os produtores, que diminuem as áreas plantadas, diminuem a oferta do produto e elevam seus preços. No mesmo ano, a produção agrícola do Estado foi prejudicada por problemas climáticos. Entre 2009 e 2010 o fenômeno El Nino atingiu o Estado, provocando enchentes e retardando a cultura da soja e do arroz.

Em 2010 houve baixa no preço do arroz e da soja, produtos de importância para o Estado. O ano de 2011 teve boas safras, mas com queda nos preços e dificuldade na comercialização do trigo. Em 2012 houve estiagem e algumas culturas foram prejudicadas, principalmente soja, milho e feijão. Com a baixa produção e os preços elevados, houve alta rentabilidade. Em 2013 preços bons foram mantidos e a colheita foi satisfatória.

A listagem do SESCOOP/RS traz mais de 140 cooperativas do ramo agropecuário. Foi possível coletar a DVA e os demais demonstrativos necessários para análise de sete cooperativas. Quatro delas elaboram e divulgam as DVAs nos seus sites, as outras três o contato foi feito por e-mail. Seguem tabelas comparativas entre as cooperativas analisadas com sua receita, patrimônio líquido e seu valor adicionado distribuído e suas quantidades de funcionários e associados.

Tabela 1: Cooperativas Analisadas – Receita, Patrimônio Líquido e Valor Adicionado Total (Em R\$ milhares)

Item	Ano	Cooperativa						
		A	B	C	D	E	F	G
Receita	2009	266.178			596.319	209.543	279.344	122.368
	2010	238.239			541.120	130.044	256.224	146.224
	2011	281.563	246.845	93.976	767.714	139.202	321.301	182.834
	2012	309.377	302.023	122.665	693.305	168.598	317.110	192.363
	2013	390.995	388.099	122.083	840.140	202.492	494.030	294.956
Patrimônio Líquido	2009	53.548			112.889	26.970	53.200	29.509
	2010	77.870	40.914	1.967	137.111	75.941	63.891	33.639
	2011	79.472	65.114	21.125	162.757	74.316	69.832	38.553
	2012	83.761	73.159	27.134	190.716	73.957	87.705	43.688
	2013	91.289	83.683	32.942	221.524	73.541	105.754	52.697
Valor Adicionado Total	2009	39.882			56.932	18.264	24.207	13.707
	2010	38.701			74.936	10.349	31.939	14.260
	2011	44.992	24.144	10.252	78.181	12.205	21.331	16.888
	2012	51.126	30.322	14.733	86.742	15.633	37.162	20.061
	2013	64.471	39.395	16.199	98.215	17.828	44.649	22.601

Fonte: Elaborada pela autora

Como é verificado pela Tabela 1, comparativo entre as cooperativas, elas divergem em seus valores.

Segue a tabela 2:

Tabela 2: Cooperativas Analisadas – Número de Associados e Número de Empregados

Item	Ano	Cooperativa						
		A	B	C	D	E	F	G
Associados	2009	4.612	4.523	1.236	8.161	470	1.435	654
	2010	4.761	5.008	1.300	8.345	608	1.445	1.193
	2011	4.838	5.321	1.320	8.591	618	1.485	1.218
	2012	4.983	4.994	1.353	9.130	583	1.539	1.214
	2013	4.478	5.119	1.368	9.490	585	1.627	1.353
Empregados	2009	809	281	171	1.036	351	320	
	2010	779	286	175	968	383	324	
	2011	805	325	183	1.041	408	334	
	2012	800	348	184	1.115	412	317	
	2013	872	404	199	1.153	425	365	

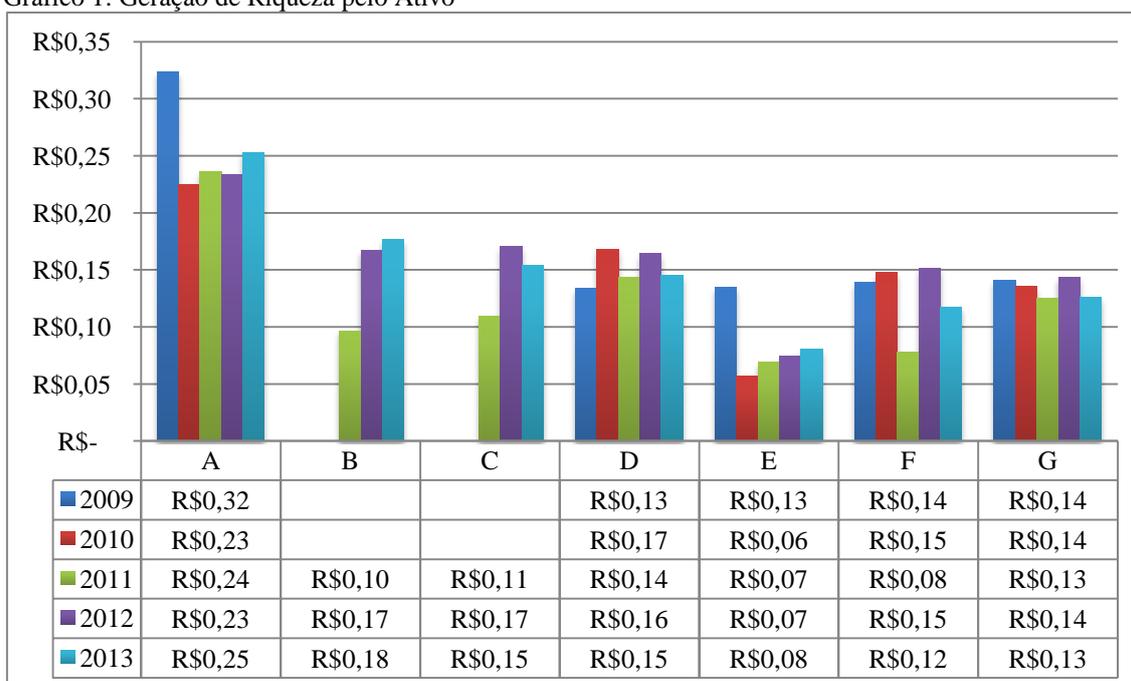
Fonte: Elaborada pela autora.

A tabela 2 mostra o número de associados e número de empregados das sete cooperativas analisadas. A riqueza será analisada sob três perspectivas: sua geração, sua formação e sua distribuição.

4.1 GERAÇÃO DA RIQUEZA

Os gráficos 1 a 4 se referem a geração da riqueza relacionada ao Ativo, ao Patrimônio Líquido, aos Funcionários e aos Cooperados. A seguir seguem resultados desses indicadores:

Gráfico 1: Geração de Riqueza pelo Ativo

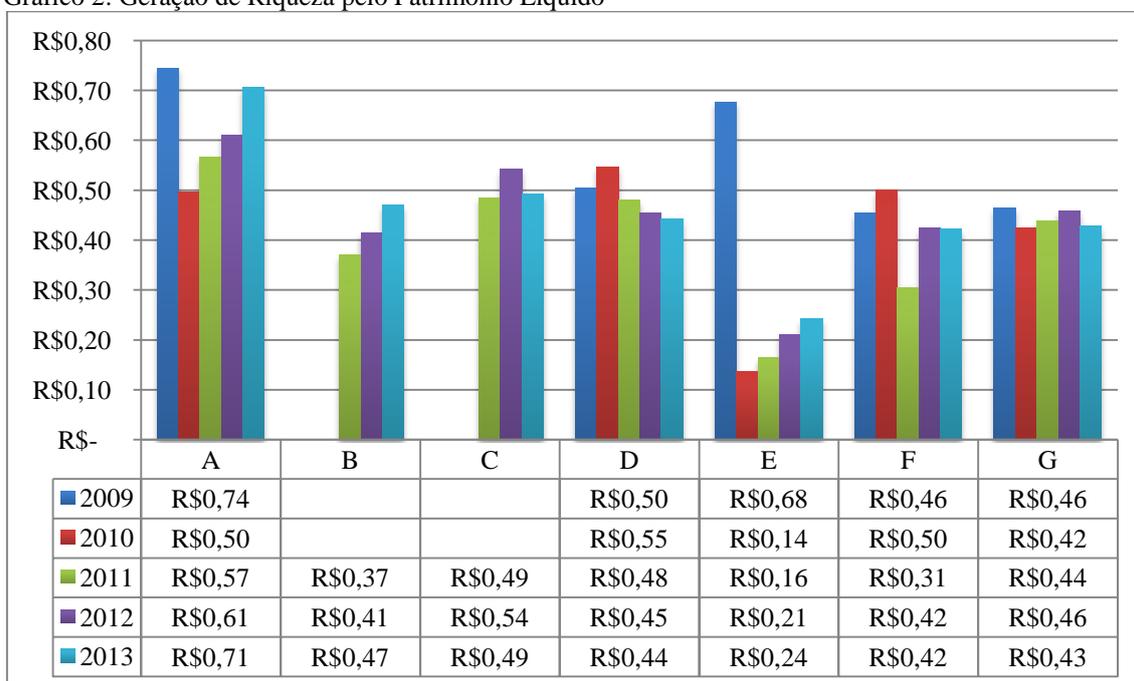


Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 1, é possível concluir que a Cooperativa A foi a que melhor utiliza seus recursos na geração de riqueza. A queda de 2009 para 2010 é decorrente de ajustes às Normas Internacionais de Contabilidade, que permitem Avaliação Patrimonial (elevando valor do Ativo Imobilizado), tanto na Cooperativa A quanto na E. A Cooperativa D relata em seu Relatório aumento real de Ativo Imobilizado, não resultante de reavaliação. As Cooperativas D e G são capazes de manter constante suas gerações de riqueza, com variação de R\$ 0,01 na Cooperativa G entre os cinco anos analisados de R\$ 0,03 na D.

Na sequência Gráfico 2, com índice de Riqueza gerada em função do Capital Próprio das Cooperativas:

Gráfico 2: Geração de Riqueza pelo Patrimônio Líquido



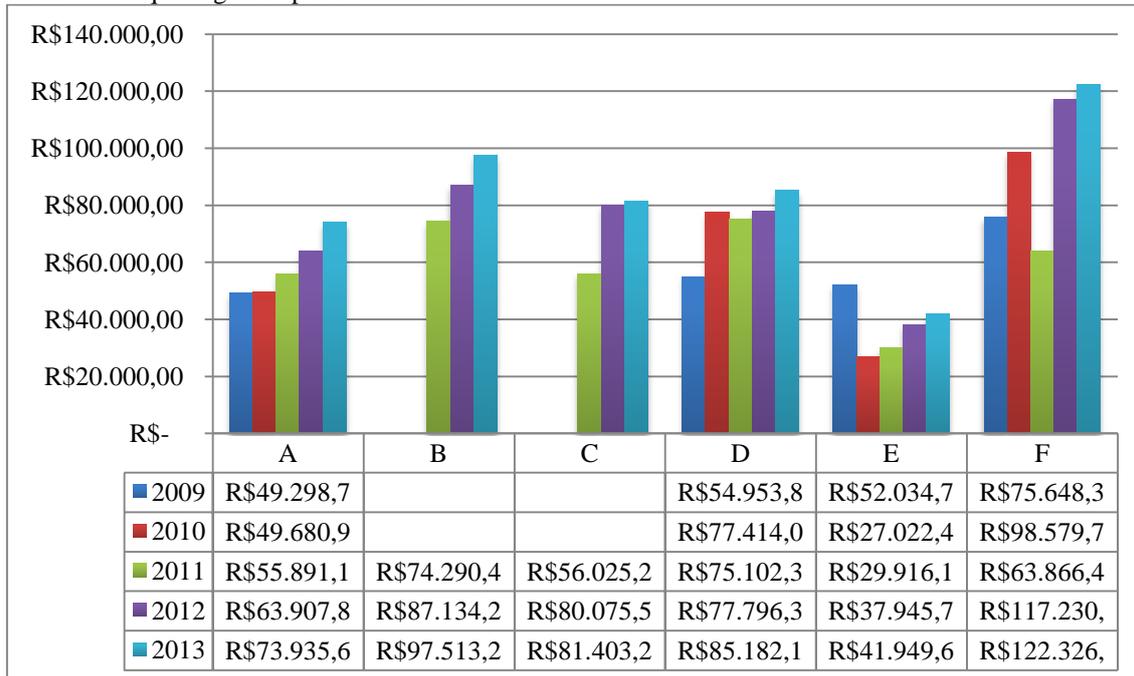
Fonte: Elaborado pela autora

Assim como o Ativo, o Patrimônio Líquido também aumenta com as normas internacionais. É criada uma conta de Reserva de Reavaliação, com o mesmo valor de aumento do Ativo Imobilizado. Em consequência, os gráficos 1 e 2 apresentam comportamentos semelhantes.

Novamente a Cooperativa A tem melhores resultados. Apesar da queda no ano de 2010, a geração da riqueza segue avançando. O comportamento da Cooperativa E é semelhante, entretanto sua queda de 2009 a 2010 foi superior. A geração de riqueza da Cooperativa G em função de seu Patrimônio Líquido é constante, assim como relacionado do Ativo. Cabe ressaltar que houve quebra de produção no ano de 2010 em decorrência ao fenômeno El Niño, principalmente nas safras de arroz e soja.

Segue análise da geração de riqueza:

Gráfico 3: Riqueza gerada por Colaborador

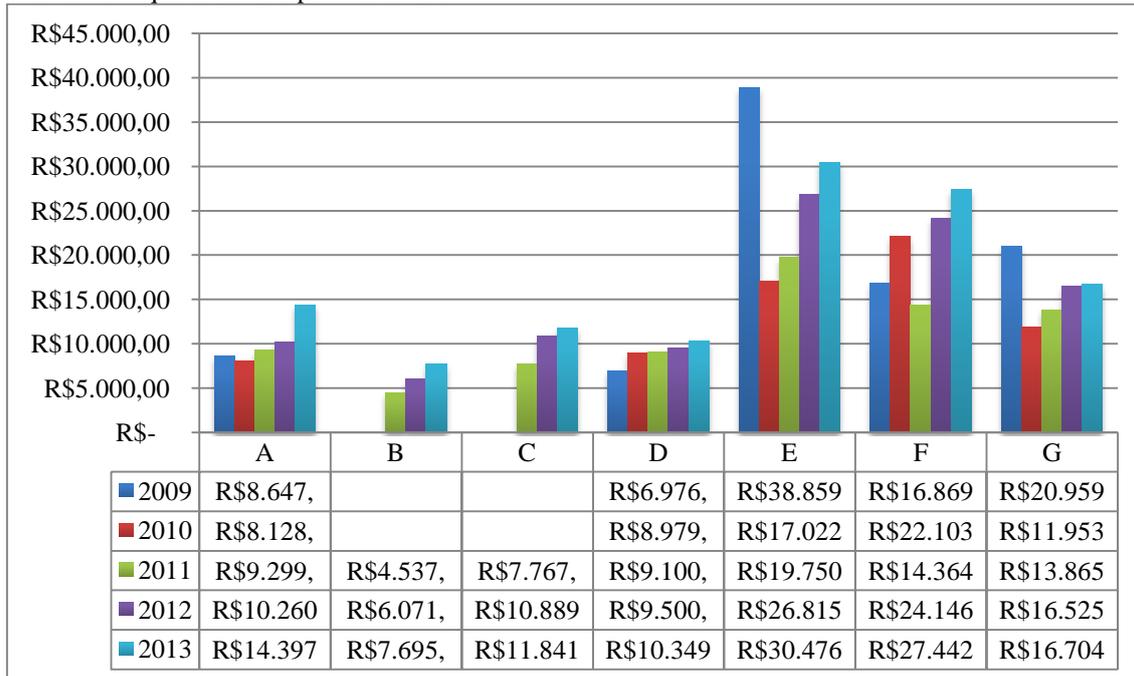


Fonte: Elaborado pela autora

Os colaboradores são entendidos como geradores de riqueza dentro das empresas, como fator de produção. Eles também são incluídos na distribuição da riqueza dentro da DVA. Como geradores, as Cooperativas A e B tem aproveitamento em crescimento. Contudo, a Cooperativa F tem melhor retorno. Não constam dados sobre funcionários nos relatórios da Cooperativa G.

A seguir indicador relacionado aos cooperados:

Gráfico 4: Riqueza Gerada por Associado



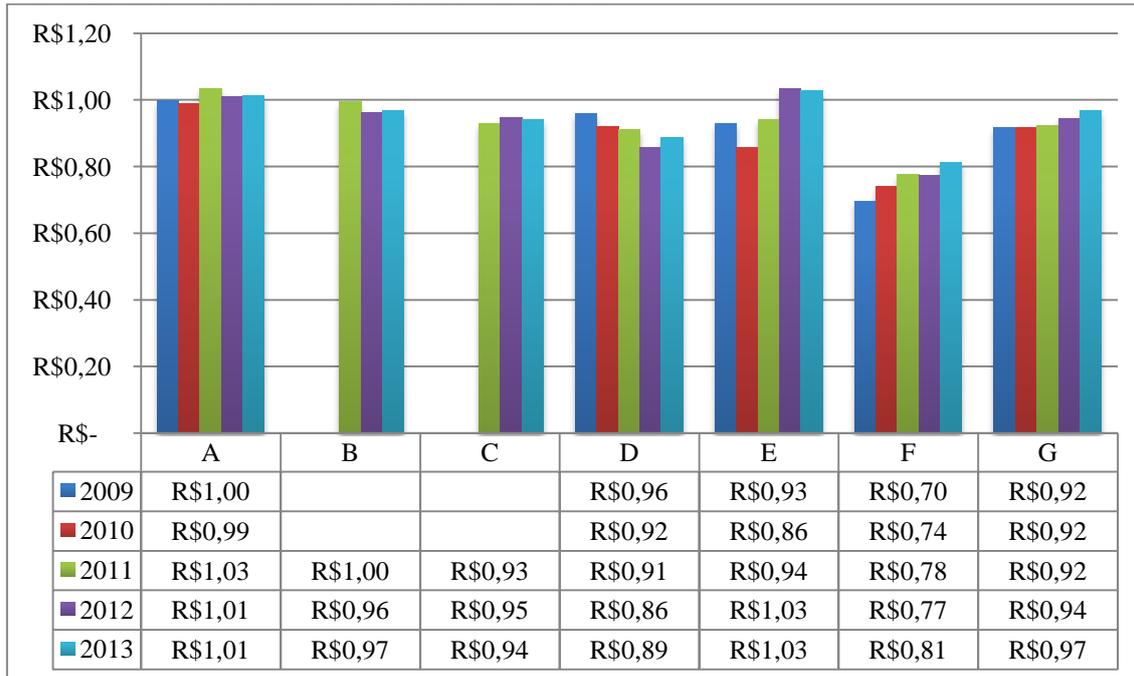
Fonte: Elaborado pela autora

As cooperativas atuam em diferentes regiões do Estado, e cada região segue padrões de propriedades diferentes (extensão, produção). A quantidade de cooperados varia, e a produção por associado também. A Cooperativa E tem melhor geração de riqueza por associado, seguida pela Cooperativa F e G. As Cooperativas A, B, C e D são as que têm menor resultado nesse índice.

4.2 FORMAÇÃO DA RIQUEZA

A DVA apresenta subdivisões dos valores adicionados: Valor Adicionado Bruto, Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade, Valor Adicionado Recebido em Transferência e Valor Adicionado. Nesta seção os valores adicionados serão comparados com o Valor Adicionado Total, que é o valor efetivamente agregado pelas cooperativas e que é distribuído.

Gráfico 5: Valor Adicionado Bruto Gerado Internamente

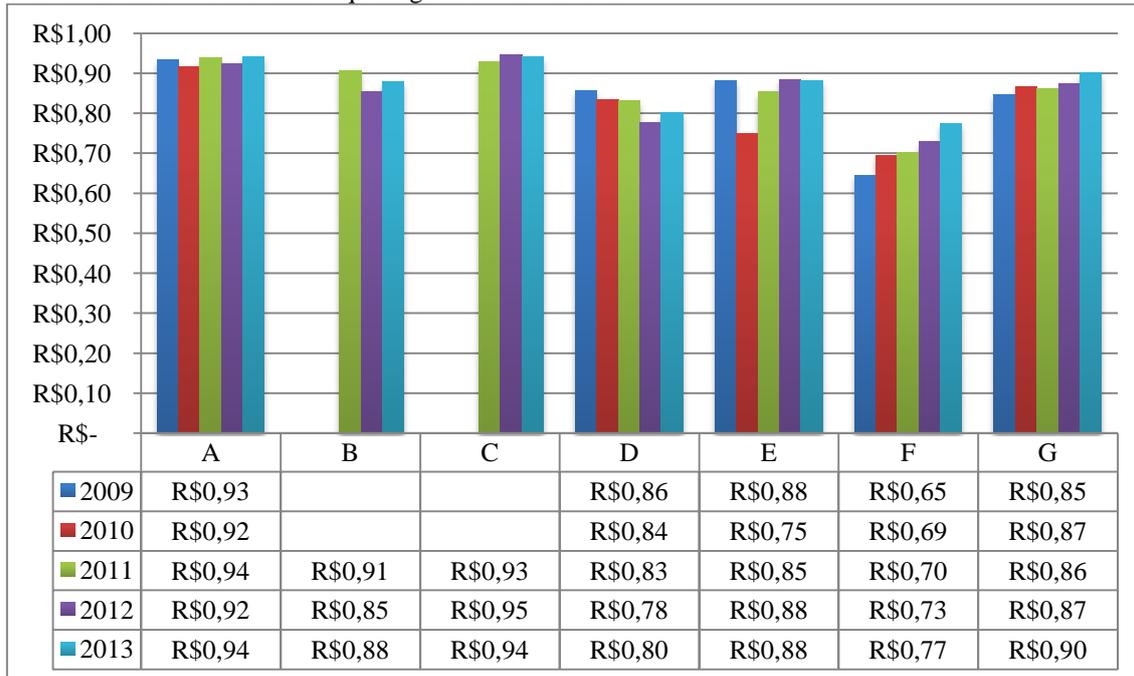


Fonte: Elaborado pela autora

O Valor Adicionado Bruto é obtido pela diferença entre as Receitas e os Insumos consumidos. Ele é gerado internamente, exclui os custos dos ativos de longo prazo e valores recebidos em transferências. As cooperativas analisadas seguem um padrão, os valores variam de R\$ 0,70, da Cooperativa F em 2009, a de pior desempenho nesse quesito, a R\$ 1,03 das Cooperativa A e E. As cooperativas agropecuárias sofrem com oscilações de mercado, preço cambial, preço da produção, e também variações climáticas que interferem diretamente nos seus resultados.

Segue análise do valor adicionado internamente líquido:

Gráfico 6: Valor Adicionado Líquido gerado internamente



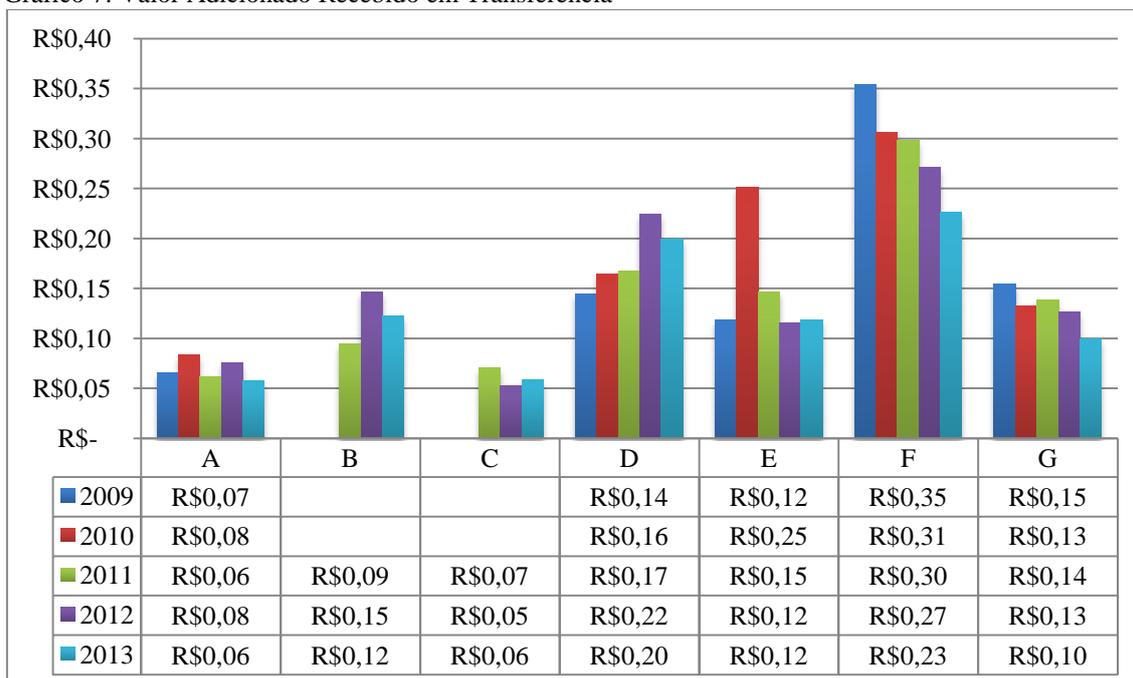
Fonte: Elaborado da autora

O que diferencia o Valor Adicionado Bruto do Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade são valores de Depreciação, Amortização e Exaustão. Assim como no indicador anterior, a Cooperativa F é a de pior, ela não ultrapassa R\$ 0,77, isto é, para cada R\$1,00 de Valor Adicionado Total, somente 77% são gerados internamente, seguindo seu Valor Adicionado Bruto que também é o mais baixo. A Cooperativa C foi a que obteve melhor índice de geração de riqueza internamente, com R\$ 0,95 para cada R\$ 1,00 em 2012, e se manteve estável.

Dentre as cooperativas analisadas, a C é a única que não apresenta valores de Depreciação, amortização e exaustão e, portanto, seu Valor Adicionado Bruto é igual ao seu Valor Adicionado Líquido produzido Internamente. Nas demais cooperativas, a diferença entre um índice e o outro varia de R\$ 0,04 até R\$ 0,15 (Cooperativa E em 2012).

O último indicador referente à formação da riqueza é de Valores Adicionados Recebidos em Transferências.

Gráfico 7: Valor Adicionado Recebido em Transferência



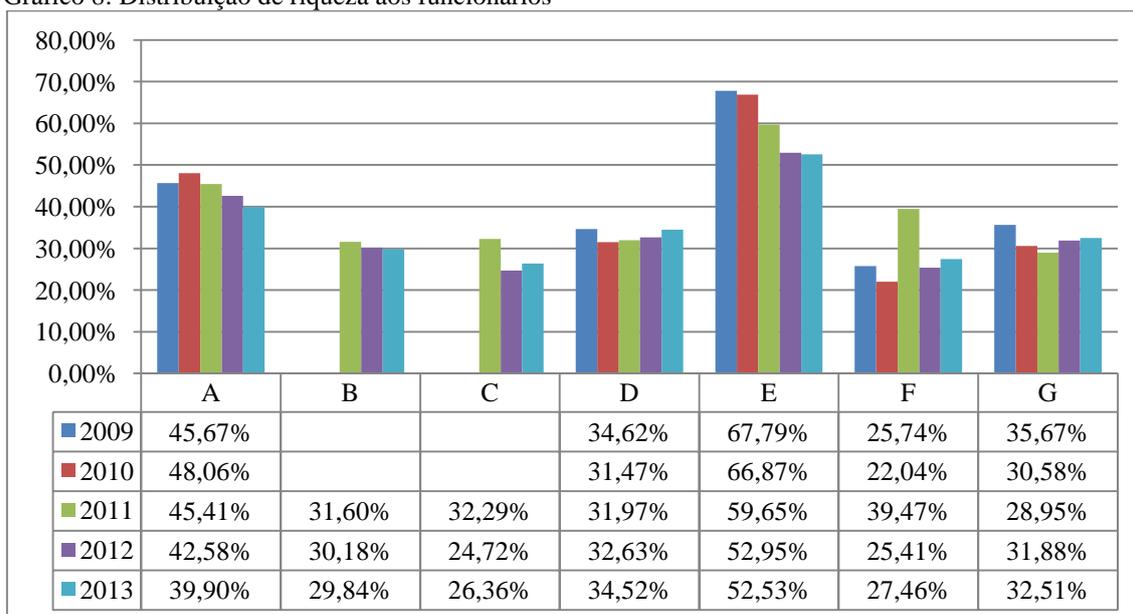
Fonte: Elaborado pela autora

Esse gráfico confirma que a Cooperativa F é a entidade que menos produz riqueza internamente, oscilando de R\$ 0,35 em 2009 a R\$ 0,23 em 2013 o valor adicionado gerado por terceiros para cada R\$ 1,00. Não foi possível, nos demonstrativos cedidos, buscar fonte da riqueza gerada por terceiros. Nas Cooperativas A e C, a riqueza gerada internamente é superior a 90% durante todo o período analisado.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

O valor agregado que é distribuído compreende todo o valor adicionado (gerado pelas cooperativas e por terceiros), exclui custos de produção e custos dos ativos imobilizados, intangíveis e de investimento. A riqueza é distribuída a quatro grupos: Empregados, Governo, Capital de Terceiros e Capital Próprio.

Gráfico 8: Distribuição de riqueza aos funcionários

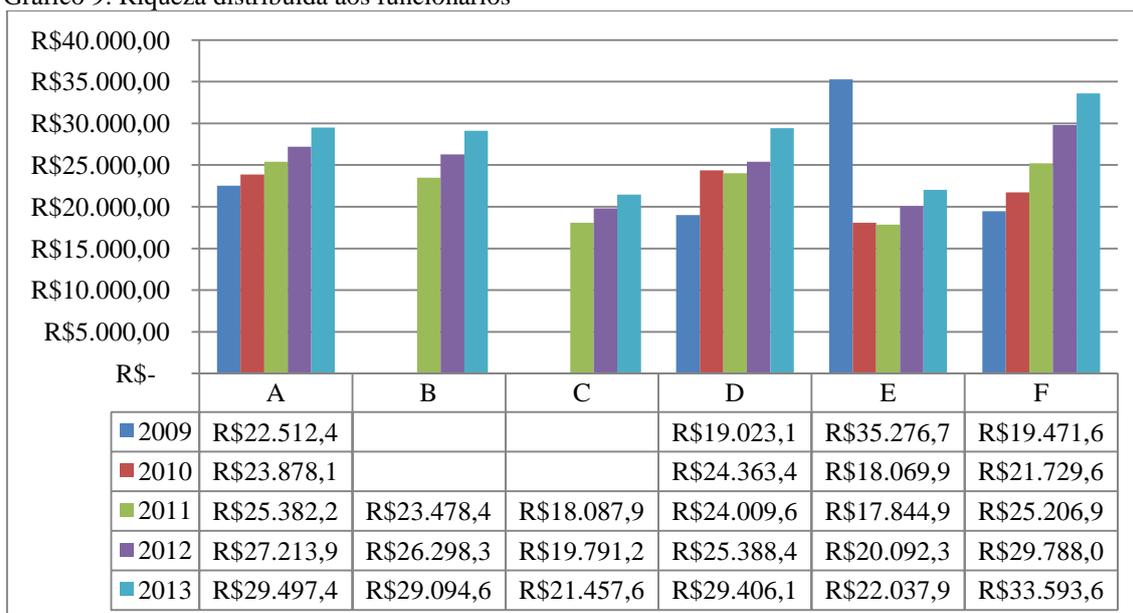


Fonte: Elaborado pela autora

Esse gráfico mostra o percentual de riqueza gerada nas cooperativas que foi distribuída aos funcionários. Como já mencionado, o valor distribuído para Pessoal considera os empregados como fator de produção e, portanto, um beneficiário do valor adicionado da entidade. São englobados remuneração direta e benefícios.

O gráfico a seguir também relaciona a riqueza distribuída aos funcionários, entretanto em valores absolutos:

Gráfico 9: Riqueza distribuída aos funcionários



Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo que o número de funcionários varie entre as cooperativas (as Cooperativas A e D contam com os maiores números de colaboradores; e a Cooperativa C com o menor número, conforme tabela 2), a distribuição em valores absolutos tem comportamentos semelhantes. Dentre o período de análise, a Cooperativa E distribuiu o menor valor médio por colaborador em 2011 (R\$ 17.844), e a mesma cooperativa distribuiu em 2009 o maior valor (R\$ 35.276). Esse maior valor distribuído não seguiu o padrão, que foi de constante aumento do valor distribuído por colaborador nas demais cooperativas.

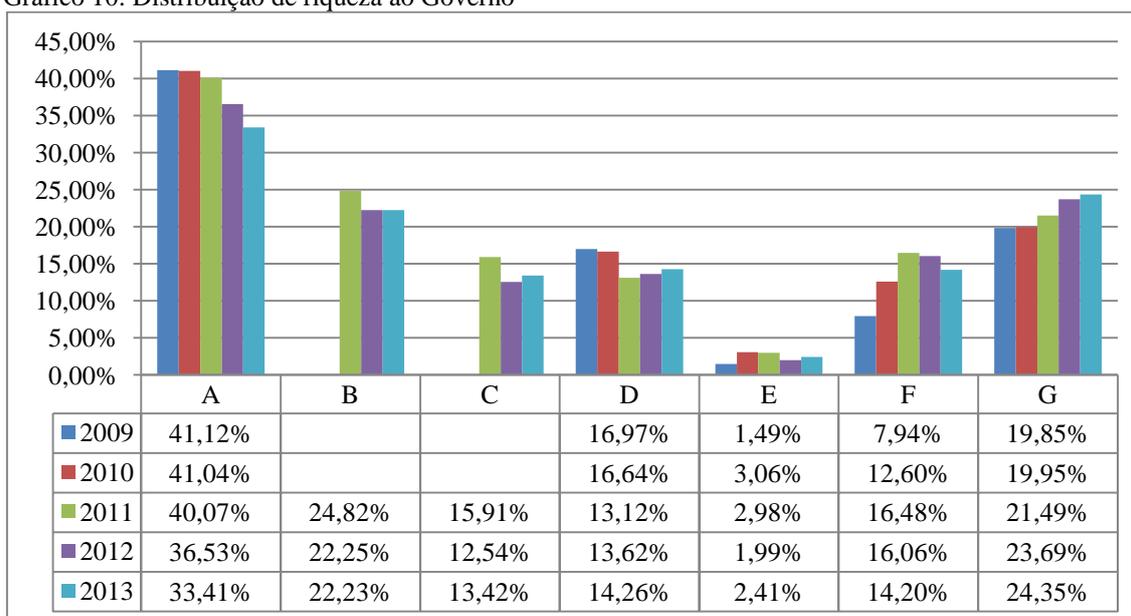
Em pontos percentuais, a Cooperativa E distribuiu mais de 50% de seu valor agregado aos funcionários, mas mantém a média de valores absolutos. Esses valores podem ser justificados pela quantidade de funcionários ser de, em média, 400 empregados, e seu valor adicionado a distribuir ser um dos menores, como apresentado na tabela 2. Seu valor distribuído é semelhante ao da Cooperativa C (que tem menos de 200 colaboradores) e da Cooperativa G, que não fornece número de colaboradores.

A Cooperativa D é a com maior quadro de empregados entre as cooperativas analisadas, entretanto é semelhante as demais na distribuição relativa e absoluta. A Cooperativa C, que tem quadro funcional mais enxuto, também segue os padrões.

A distribuição aos empregados segue uma tendência de reajustes do salário-mínimo, por exemplo. O custo do empregado para as entidades tende a ser ampliado. Não há valores para a Cooperativa G pois não há informação da quantidade de colaboradores.

Segue análise da riqueza distribuída ao Governo.

Gráfico 10: Distribuição de riqueza ao Governo

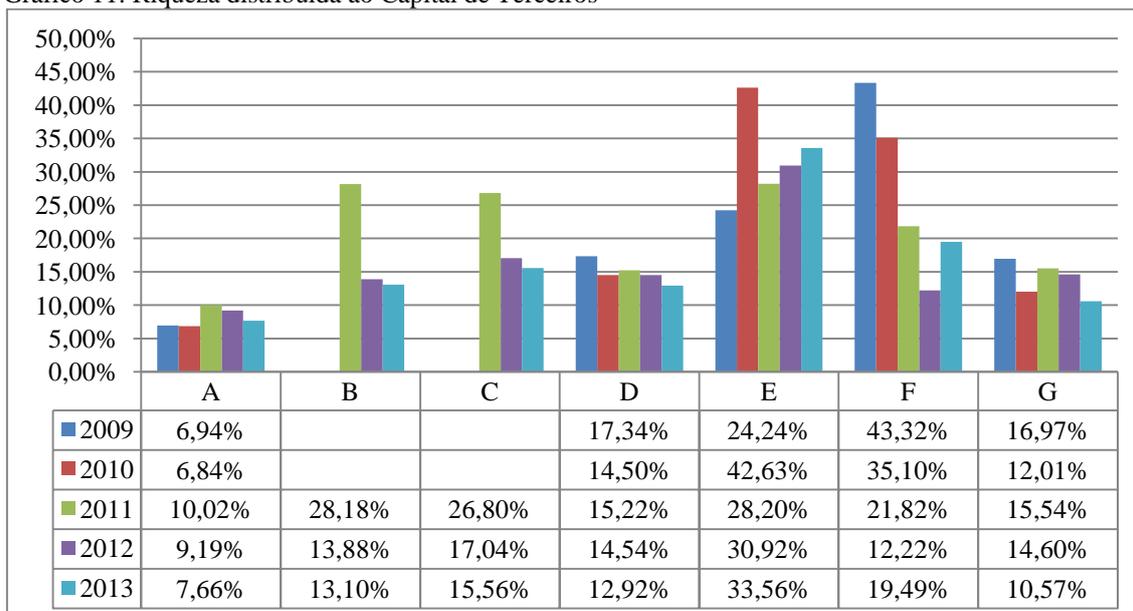


Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 10, a Cooperativa A foi a que mais repassou sua riqueza ao Governo na forma de tributos (Impostos, Taxas e Contribuições devidos à União, ao Estado do Rio Grande do Sul e a suas respectivas prefeituras). A Cooperativa E foi a que menos repassou, não ultrapassando 3% de seu valor adicionado recolhido a tributos.

Os gráficos a seguir são referentes a valores distribuídos como forma de remuneração de capital.

Gráfico 11: Riqueza distribuída ao Capital de Terceiros



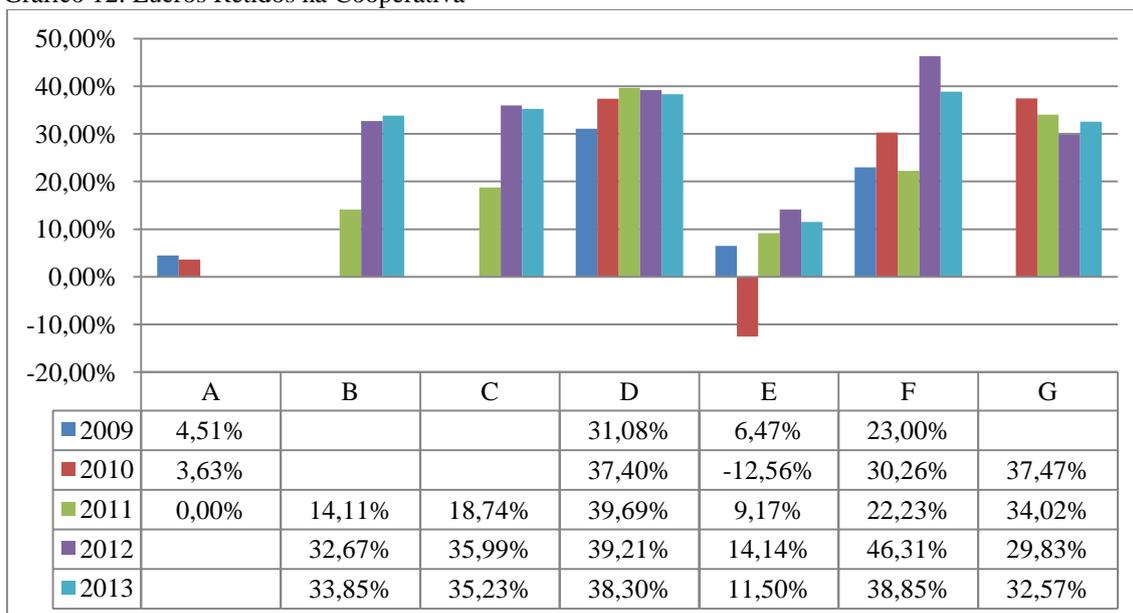
Fonte: Elaborado pela autora

A remuneração do capital de terceiros é feita pelo pagamento de juros e aluguéis. As Cooperativas B e C apresentaram alta distribuição em 2011, mas tem reduzido. As Cooperativas E e F são as com valores acentuados. A Cooperativa A manteve baixa remuneração de capital de terceiros, nunca ultrapassando 10%.

A Cooperativa F é, dentre as analisadas, a tem o maior valor adicionado recebido de terceiros, e também é uma das que mais distribuí seu valor adicionado a eles. Ela é seguida, de forma geral, pela Cooperativa E, que nos últimos anos tem sido a que mais distribui sua riqueza na remuneração de capital de terceiros. A Cooperativa A é uma das que menos recebe valor em transferência e a que, percentualmente, menos remunera seus financiadores.

O gráfico a seguir é referente à parcela do valor adicionado que a empresa não distribuiu.

Gráfico 12: Lucros Retidos na Cooperativa

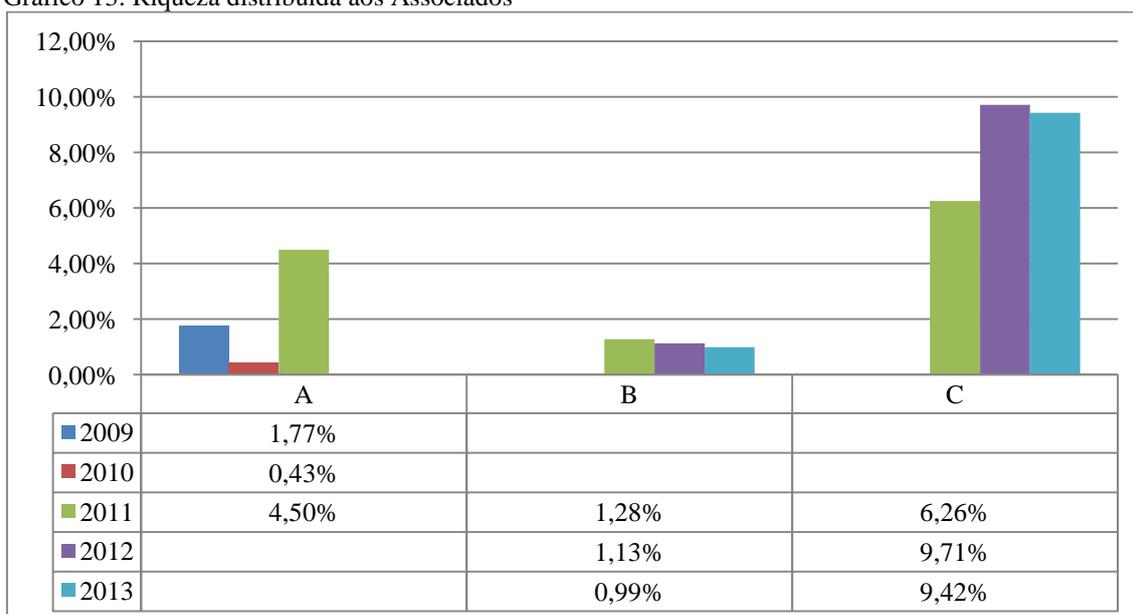


Fonte: Elaborado pela autora

Algumas cooperativas não remuneram seus associados na forma de Juros Sobre Capital Próprio. Dentre as analisadas, as Cooperativas D, E, F e G agem dessa forma. A Cooperativa A não discrimina se retém as sobras ou remunera os associados a partir dos demonstrativos de 2012. A Cooperativa E teve prejuízo em 2010, e reverteu suas reservas para conter o resultado.

O próximo gráfico evidencia a remuneração aos cooperados.

Gráfico 13: Riqueza distribuída aos Associados



Fonte: Elaborado pela autora

Como já mencionado, as Cooperativas D, E, F e G não remuneram capital na forma de Juros Sobre Capital Próprio. A Cooperativa A elaborou DVA nos 5 anos analisados, entretanto em 2012 e 2013 não discrimina os valores de Lucros Retidos e/ou Remuneração; as Cooperativas B e C começaram a elaboração da demonstração em 2011. A Cooperativa C, que possuem cerca de 1.300 cooperados, é a que melhor os remunera.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo teve por objeto de análise a distribuição da riqueza gerada nas cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul com a utilização da Demonstração de Valor Adicionado. Para tanto foram utilizados dados dessa demonstração e do Balanço Patrimonial fornecidos de forma voluntária pelas cooperativas. A análise foi dividida em Geração, Formação e Distribuição da Riqueza e feita por meio de indicadores econômicos apresentados nos gráficos na seção 4.

A capacidade de geração de riqueza foi analisada sob quatro perspectivas: Ativo Total, Patrimônio Líquido, Empregados e Associados. A Cooperativa A apresentou melhores resultados na relação de valor adicionado e ativo e valor adicionado e patrimônio líquido. As duas variáveis não ganham destaque de forma isolada, contudo a Cooperativa A é a que melhor utiliza seus recursos próprios na agregação de valor, principalmente na comparação do ativo. Considerando que as cooperativas agropecuárias investem em equipamentos de beneficiamento e armazenagem para que todos os seus associados sejam atendidos e toda a colheita possa ser processada, a capacidade de gerar a riqueza dos seus ativos é muito importante, mostra o retorno que os investimentos da cooperativa agregam aos seus produtos.

Ainda sobre geração da riqueza, a Cooperativa F tem melhor geração de riqueza por funcionário. Contudo, de forma geral, todas as cooperativas atingem resultados melhores em análise horizontal no decorrer dos anos. O valor gerado por empregado mostra a eficiência do pessoal. As Cooperativas têm quadros de cooperados variados e suas propriedades também, portanto o gráfico 4 não segue padrão. As Cooperativas A, B, C e D apresentam capacidade de geração de riqueza por associado inferior as Cooperativas E, F e G. A discrepância pode ser explicada pelas áreas produzidas por cada associado.

No quesito formação de riqueza, todas as cooperativas analisadas geram a maior parte do valor internamente. A Cooperativa F é a que mais recebe valor por transferência (média de 30%, decrescendo); A Cooperativa C obteve melhor índice de valor adicionado líquido gerado

internamente (um dos motivos é não contabilizar depreciação, amortização e exaustão na sua DVA).

No que tange a distribuição da riqueza, objetivo desta pesquisa, não há comportamento padrão entre as cooperativas analisadas. O Valor Adicionado Total é distribuído para empregados, governo, terceiros, associados e reinvestimento na entidade. A riqueza distribuída aos funcionários (na forma de remuneração direta e benefícios) em seu valor absoluto, é similar entre as sete cooperativas. Percentualmente, os valores variam de 52% a 26% no ano de 2013, mas de 25% a 67% em 2009. As variações podem ser explicadas pela não manutenção dos funcionários (custos de admissão e demissão), principalmente em anos de quebra de safra e posterior contratação de pessoal. A Cooperativa E é que durante todos os anos analisados distribuiu maior parte de sua riqueza aos empregados.

A Cooperativa A foi a que mais distribuiu parte de sua riqueza ao governo, ultrapassando os 40% em 2009, 2010 e 2011 mas reduzindo para 33% em 2013. O destaque de menor distribuição é da Cooperativa E, que distribuiu menos de 3% ao governo, não sendo possível evidenciar justificativa. As demais cooperativas variam de 13 a 24% (2013). A riqueza distribuída na remuneração do Capital de Terceiros é alta nas Cooperativas E e F, sendo que a Cooperativa F também tem valores expressivos no recebimento por transferência.

Todas as cooperativas retêm parte da riqueza, com intuito de conceder créditos aos produtores rurais, investir em novos equipamentos para expandir áreas de coleta, capacidade de armazenagem e até pontos para comercialização. As Cooperativas B, C, D, F e G são as que mais retêm parte da riqueza, ultrapassando os 30% do Valor Adicionado Total. A Cooperativa A retém pouca parte do lucro, e distribuiu riqueza aos seus associados na forma de Juros sobre Capital Próprio, assim como as Cooperativas B e C. As demais cooperativas (D, E, F e G) não distribuem valores aos seus associados. Cabe ressalva de que os cooperados recebem benefícios de acordo com suas produções, com base nos seus resultados, seguindo premissas cooperativistas.

Conclui-se que não há padrão de distribuição de riqueza, variando conforme produtos (preços, safras, benefícios fiscais), área de atuação (pequenas propriedades, latifúndios), organização da cooperativa no planejamento e previsão para contratemplos econômicos e climáticos, etc. Através dos relatórios emitidos por algumas cooperativas, em geral nas que divulgam publicamente suas demonstrações, é possível considerar que as cooperativas têm cumprido seu papel de beneficiar a comunidade local (diretamente com programas sociais e emprego, e indiretamente na arrecadação de tributos).

Considerando a importância que a DVA tem em entidades como as cooperativas, nas quais os associados deveriam ser os usuários das informações, há pouca elaboração e divulgação dessa demonstração. Mesmo não sendo uma demonstração obrigatória, é uma forma simples de evidenciar os valores para que todos os usuários compreendam sua importância na geração da riqueza.

A análise feita nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná nos anos de 2008 a 2011 apresentou resultados variados, não havendo um modelo padrão de distribuição de riqueza aos diversos beneficiários. Também há carência na evidenciação do Valor Adicionado no Estado, tomando-se por base que mais de 50% das cooperativas não elaboram a DVA, somente 18 (22%) afirmaram elaborar e apenas 6 forneceram os demonstrativos. No Rio Grande do Sul foram contatadas 144 cooperativas, e somente 7 forneceram seus demonstrativos.

Para estudos futuros, orienta-se para replicar em outros estados e verificar tendência nacional das cooperativas agropecuárias. E a pesquisa pode ser estendida aos demais ramos cooperativistas.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Notas de Orientação**. Disponível em:

<<http://ica.coop/sites/default/files/attachments/DRAFT%20Guidance%20Notes%20P3%2C%20P5%2C%20P7%20Portuguese%202014-02-11.pdf>>. Acesso em nov/2014.

ALONSO, José Antonio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas**. 1ª. ed. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.

AYLON, Thaís; RAIMUNDINI, Simone Leticia; GONÇALVES, Marguit Neumann; MORRI, Evelini Lauri. Análise da Demonstração do Valor Adicionado das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, ano 12, n. 13, p. 85-116, jan/jun 2014.

BRASIL, **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em nov/2014.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em nov/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em nov/2014.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA**: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresa para os funcionários. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&lang=pt-br&id=77A3E395C207>. Acesso em nov/2014.

FAGUNDES, Jair Antonio; RODRIGUES, Marcos Rogério; CIUPAK, Clébia; ROSA, Laura Sabbado da. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito. **ABCustos Associação Brasileira de Custos**, v. III, n. 1, p. 87-101, jan/abril 2008. Disponível em: <http://www.unisinos.br/abcustos/_pdf/55.pdf>. Acesso em nov/2014

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). **Ensaios sobre a Economia Gaúcha**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/20140929e-book-ensaios-sobre-a-economia-gaucha-corrigido.pdf>>. Acesso em nov/2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MASSI, Klécia Gili; PEREZ, Aline Cristina; ALMEIDA, Fernando Flores de; SMID, Letícia Novaes; SOUTO, Luciana Aparecida; SILVA, Mariana Neres; DÁRIO, Vilma Pereira Gomes. Os efeitos da crise mundial sobre a agricultura e a pressão sobre os recursos naturais brasileiros. **Revista Científica Hermes**, Osasco, v. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.fipen.edu.br/hermes1/index.php/hermes1/article/view/24/12>>. Acesso em nov/2014.

MOURA, Antônio Plínio Pires de; SOUZA, Paulo Sérgio; LUZ, Robenilton dos Santos. Da porteira para dentro e para fora, agronegócio brasileiro em crise? **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n. 148, p. 22-29, Set/2006. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Conjuntura_e_Planejamento/2006.09%20-%20Da%20porteira%20para%20dentro%20e%20para%20fora,%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro%20em%20crise.pdf>. Acesso em nov/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em nov/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (OCERGS). **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2013** Disponível em: <<http://intranet.sescoops.coop.br/arquivos/arqs/20120719102955.pdf>>. Acesso em nov/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Connecting co-ops**: the importance of ICT. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/news/sustainable/ict-and-cooperatives.html>>. Acesso em nov/2014.

RECEITA FEDERAL. **Sociedades Cooperativas**. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr634a646.htm>>
Acesso em dez/2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Marcos Igor da Costa; SILVA, Manuel Soares da. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 46, p. 39-45, out/dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/369/354>>. Acesso em nov/2014.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO RIO GRANDE DO SUL (SEPLAG). **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em:
<<http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS>>. Acesso em nov/2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SESCOOP/RS). **Listagem das Cooperativas Gaúchas**. Disponível em: <<http://www.sescoopr.rs.gov.br/index.php/cooperativismo/2014-01-17-17-25-12>>. Acesso em nov/2014.

VIEIRA, Patrícia dos Santos; SANTOS, Ariovaldo dos. Um estudo empírico sobre a carga tributária das sociedades cooperativas agropecuárias a partir da demonstração do valor adicionado. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo Anais... São Paulo: USP de controladoria e contabilidade, 2007. Disponível em:
<<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/134.pdf>>. Acesso em nov/2014.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri; VANZELLA, Cezar Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um estudo de caso em uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v. 6, n. 2, p. 187-202, jul/dez 2005. Disponível em:
<<http://revistas.unipar.br/empresarial/article/viewFile/308/279>>. Acesso em nov/2014